



MOSAICO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA: QUESTÃO INDÍGENA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Maria de Fatima Pádua Castro¹
Danielle Moreira Brasileiro²

RESUMO: O presente artigo ocupa-se objetivamente compreender historicamente as desigualdades sociais na América Latina, Brasil e Amazônia, problematizando a questão indígena como expressão da questão social. A metodologia do trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental. A trajetória dos povos indígenas demonstra que mesmo sendo assegurados pela Constituição Federal de 1988, há contradição na realidade, sendo os fenômenos de desigualdade social o Território, formando cenário tenso de conflito e violação de direito. A pesquisa sinaliza a relevância sobre participação de diversos atores sociais para materialização dos direitos e efetivação de políticas públicas.

Palavras chave: desigualdade social; questão indígena; questão social.

Abstract: This article aims to understand historically the social inequalities in Latin America, Brazil and the Amazon, problematizing the indigenous question as an expression of the social question. The work methodology consists of a bibliographic and documentary research. The trajectory of the indigenous peoples demonstrates that even being assured by the Federal Constitution of 1988, there is a contradiction in reality, with the phenomena of social inequality being the Territory, forming a tense scenario of conflict and violation of rights. The research indicates the relevance of the participation of various social actors for the materialization of rights and the implementation of public policies.

Keywords: social inequality; indigenous issue; social issue.

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social Universidade Federal do Amazonas-UFAM
email:fatimapadua21@hotmail.com

² Agente Pública Federal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI de Atalaia do Norte e Doutoranda do PPGSCA/UFAM.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda sobre o Mosaico das desigualdades Sociais na Amazônia: questão indígena como expressão da questão social na Amazônia. A desigualdade social compreendida pelos fatores econômica, Gênero, étnico -racial e Territorial.

Neste sentido tem como objeto, o estudo as desigualdades sociais e a aplicabilidade de políticas públicas a partir da proteção social constante na Constituição Federal de 1988 voltados para os Povos Indígenas.

A proposta da pesquisa tem o seu objetivo geral: Compreender historicamente as desigualdades sociais na América Latina, Brasil e Amazônia, problematizando a questão indígena como expressão da questão social. E no que tange aos objetivos específicos: a) Investigar de que modo os povos indígenas vêm organizando e (re) elaborando suas vidas nos espaços da Amazônia contemporânea; b) sistematizar as diferentes concepções de desigualdade social construídas historicamente, demonstrando as formas de compreensão e construção social dessa categoria; c) Identificar como a desigualdade social se caracteriza geograficamente na contemporaneidade, buscando compreender suas manifestações territoriais e formas de proteção social, objeto de interesse do Serviço Social.

Em termos metodológicos constituiu-se como pesquisa de caráter bibliográfico e documental a partir dos Relatórios oficiais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL e Declaração das Organizações das Nações Unidas-ONU. A pesquisa bibliográfica buscou-se empreender esforços quantiquali na vasta literatura para compreender sobre a questão indígena enquanto expressão da questão social na América Latina, Brasil e Amazônia.

O artigo está dividido em três sessões: Nos primeiros apresentados os principais conceitos e categorias as quais deram suporte teórico-metodológico a esta pesquisa. Em seguida, descrito a discussão e resultados, evidenciando trajetória das constituições legais no Brasil; realidade dos povos indígenas a partir da declaração da ONU e Mosaico de desigualdade social em Manaus. E por fim considerações finais.

2. DESIGUALDADE SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL COMPREENDIDA A PARTIR DE WANDERLEY (2004)

Wanderley (2004) compreende sobre questão social a partir do surgimento da globalização e destaca a centralidade de trabalho bem como seus desafios a flexibilização e precarização no qual foi imposta na América Latina pelos colonizadores por meio de pacto colonial dirigida pela dominação burguesa.

Neste sentido percebemos a particularidades da questão social no qual traz o cenário a realidade sobre questões indígenas, formação nacional, crescimento das populações pobres e configurações de desigualdade e injustiças estruturais não superada pelo processo de emancipação. (WANDERLEY,2004)

Ao trazer temática de questão indígena o autor apresenta que estas populações em diversos países sofreram extermínio, quanto os negros ao longo do processo histórico foram vistos como mercadorias e mão de obra para produção capitalista quanto a precarização de trabalho. (WANDERLEY,2004, p.129-130).

Estas realidades são apresentadas pelo autor como desigualdade social e injustiça social histórico, estrutural e como proposta de superação desta realidade menciona os agentes estratégicos que são o “estado e a sociedade civil”.

Ao referir o estado Wanderley (2004) está resgatando o papel fundamental do estado. Contextualiza desta forma que na década de 60 e 70 e partir do modelo neoliberal o estado perdeu a sua identidade caracterizando como estado mínimo. Para superar, precisava uma redemocratização de sua participação e vínculo ao compreender que é uma instancia de promoção, regulação social e proteção ao mais vulneráveis e lançar políticas universais e para que isso aconteça é preciso primeiro segundo autor democratizar o estado entre mercado e sociedade civil.

Ao mencionar a sociedade Civil o autor entende-se sob ótica Gramsciano a partir de organização própria da lutas dos trabalhadores para redemocratização, neste sentido ele provoca que precisa recriar estratégias de luta para se tornar realidade e cita como exemplo o Brasil como uma conquista social significativa da Constituição de 1998 como resultado de luta de uma organização de sociedade civil.

Portanto suma importância destacar que a questão social na américa latina tem suas particularidades históricas, políticas e sociais; está compreensão destaca que a questão social continuará existindo diante de configuração da sociedade capitalista. A participação e a organização coletiva da classe trabalhadora são

fundamentais como espaços de diálogo, de luta por um projeto societário de equidade e justiça social.

2.1 O ESTADO E A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL

De acordo com Pereira (2009) definir o conceito sobre estado é muito complexo, pois há vários conceitos, conforme entendimentos de cada autor em sua linha de pensamento. Desta forma a autora apresenta a conceituação do estado, no sentido não linear e absoluto.

Nesta perspectiva compreende-se que o estado é uma instituição constituída e dividida por interesse diversos, isto é, há uma relação de forças sobre sociedade, formada em classes sociais.

É por isso que se diz que o estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política da dominação do bloco no poder, em uma sociedade territorialmente definida, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação, com atribuições que também extrapolam a coerção. (POTYARA, 2009, P.148).

Relaciona-se sentido como este poder burocrático tem marcado sua participação na questão indígena. Entende-se que políticas diversas atravessaram ao longo dos séculos, por meio de ações direcionadas para as transformações de culturas, território, legislação, seguridade social. Garnelo (2012) afirma que políticas indigenistas foram implementadas com ações integracionistas e assimilacionista.

A partir da redemocratização no Brasil e o contexto sócio político vivenciado na América Latina na década de 1980, evidenciou-se discursos de garantia de direitos e registrou-se uma grande movimentação de militância indígena, que culminou no texto constitucional de 88.

O Art. 231 propõe que são “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (CF,1988)

A relação do estado brasileiro com os povos indígenas é uma dupla oposição, o estado assegura proteção, promoção e por outro viés é um antagonico de força. A trajetória dos povos indígenas em todo processo histórico está marcada pela demarcação de terra, este fator determina resistência dos movimentos indígenas com

o estado, pois o cenário está marcado de negação de direitos, retrocessos que impedem o acesso de território historicamente (FUNAI).

O antagonismo de força e dominação do estado nunca foi pacífico, desde a colonização até o contexto atual, os direitos conquistados pelos povos indígenas, sempre foram por meio de lutas e de reivindicações, muitas vezes resultando em genocídio, massacre, violência e violação de direito em todo território brasileiro, não é um problema isolado de um estado, mas de todo país (ONU, 2016)

Diante deste desafio apresentado abordamos a seguir o serviço social no Amazonas para compreender a trajetória, as primeiras ideias dos profissionais desde sua gênese e seus avanços a partir de exigências de transformação dos projetos societários.

2.2 SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social- CEFSS, o Serviço Social é uma profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993, possui o código de ética do assistente social (1993) conjunto de regulamentações profissionais que direcionam as atribuições e competências profissional e as Diretrizes curriculares que norteiam a formação acadêmica (ABEPSS).

Silva, et al (2017) entendem que a questão social tem suas particularidades de acordo com o local, no processo histórico, econômico, social e cultural. O modo de produção capitalista no Amazonas se dar de forma comercial onde configura a expressão de desigualdades e acirramento de pobreza.

Ainda conforme afirmação destas autoras na Amazônia, a expansão do capitalismo assumiu formas diferentes repercutindo a relação social no cotidiano do caboclo, indígena, ribeirinho, posseiro. As relações de produção acirraram em exploração de trabalho, fome, violência urbana e rural. No modo particular cita-se o capital do estado do Amazonas, Manaus, que por meio de Zona Franca como um dos recursos de modelo econômico, as migrações aumentaram da zona rural para cidade, como também precarização de condições de vida de trabalho.

Lacerda e Veronese (2017) afirmam que Questão indígena na Amazônia se perpetua ao longo das décadas por território e demarcação das terras.

A partir do exposto ao longo do texto, podemos entender que a questão social não pode ser compreendida sob uma perspectiva eurocentrista relacionada à

crise de uma sociedade salarial e o enfraquecimento de um Estado de Bem-Estar Social. Esta visão leva a uma compreensão equívoca, em pensar sobre questão social na Amazônia.

É nessa conjuntura histórica marcada por contradições que profissionais de serviço social estão presentes, o desafio aponta a capacidade na intervenção qualificada, sobretudo considerando a particularidade, modo de vida e visões de mundo das populações indígenas para que o acesso de políticas públicas de fato seja viabilizado de forma universal.

3 RESULTADOS E DISCURSÃO

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível aproximar-se sobre a compreensão de trajetória histórica de desigualdade social e a Constituição Federal como meio de proteção e promoção de direitos dos povos indígenas e as organizações próprias em defesa dos direitos desde América latina, Brasil e Amazônia. Por meio dessa pesquisa nos propomos a averiguar as principais limitações e desafios na realização de efetivação de direitos na realidade dos povos indígenas e compreender a dimensão diversa dos fenômenos de desigualdade social como histórico e fatores que levam a essa consequência.

A partir dos dados de Comissão Econômica para a América latina e o Caribe -CEPAL (2014) o processo histórico dos povos indígenas em nível de América Latina só pode ser compreendida sob resultado histórico imposto pela colonização, no qual se prolifera com a chegada dos europeus há mais de cinco séculos, onde os povos indígenas foram despojados dos seus territórios, como também dizimados consequente de doenças.

A consolidação dos novos estados nacionais determinou também o aumento de desapropriação por meio de adoção de marcos jurídicos que privilegiaram as formas privadas de propriedade e no fim do século XIX discursos como necessidades da geopolítica, a expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias continuaram exacerbando a exploração e dizimação dos indígenas.

Nos processos de colonização na Amazônia em meados do século XX, as “zonas periféricas” da região teve lugar o segundo ciclo, onde ocorre a desterritorialização dos povos indígenas, com graves consequências sobre as condições de vida e a pressão extrativa sobre recursos naturais por empresas

nacionais e transnacionais agravando a vulnerabilidade. O último e mais recente ciclo é a apropriação dos conhecimentos tradicionais, a biodiversidade associada e os recursos genéticos dos saberes indígenas.

Mendonça (2009) compreende estes ciclos como processo histórico-estrutural imposto pela colonização e constitutiva do caráter étnico-cultural do povo autóctone. E ainda segundo este autor o processo de colonização latina se deu a partir da tentativa de eliminação dos povos autóctones e de construção de uma sociedade com base em mitos e representações culturais completamente dominadas pelo pensamento liberal.

Em cada um desses ciclos históricos é importante reconhecer que não foi passivo a relação entre colonizador e colonizado. Entende-se que os estereótipos sobre indígenas permearam ao longo dos séculos, mas a luta dos povos indígenas pela defesa de seus direitos sempre foi persistente na história.

Este prolongado processo de reivindicação e reconhecimento plasmou-se nas últimas décadas em um quadro de direitos que se fundamenta como Fernandes (2013) apresenta como os direitos internacionais na garantia aos povos indígenas:

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial; A Declaração de Barbados de 1971; O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ratificado em 1992; O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ratificado em 1992; A Convenção da Diversidade Biológica ratificada em 1994; A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ratificada pelo Brasil em 2002 e a declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007 (FERNANDES ,2013, pg 79-80).

Percebe-se que os povos indígenas foram posicionando na participação de construção das legislações e instituições do Estado em um processo difícil, que continua no presente.

O Relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos pela relatora especial da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, quando esteve no Brasil nos dias 07 a 17 de março de 2016 a convite do governo em exercício explicita de forma clara os desafios enfrentados como a crescente discriminação; paralização de processos de demarcação de terras; despejos ,como também crescente impactos de grandes projetos localizados dentro ou perto de territórios indígenas implementado sem significativas consultas prévias, sem obter consentimento livre com os povos indígenas; violência, racismo, assassinatos, ameaças e intimidações perpetradas com

impunidade contra povos indígenas e indigenistas e o crescimento da frequente alegação criminal e violação dos direitos dos povos indígenas.

Entende-se que esses grandes projetos localizados nos territórios indígenas causam impactos sociais e ambientais, resultando à degradação dos ecossistemas, condições de vida e a situações de saúde desfavoráveis e muitas vezes iníquas, sendo que os povos indígenas por natureza têm a ligação afetiva com a terra e o meio ambiente e desta forma cada vez mais destituídos de seus territórios e direitos.

Percebe-se que esta realidade vem acirrando a vida das populações indígenas como demonstra a realidade de Manaus.

3.1 MOSAICO DE DESIGUALDADE SOCIAL EM MANAUS

Silva (2012) analisa no contexto amazônico a necessidade de considerar os processos histórico-estruturais da região no decorrer da sua formação social e econômica, envolvendo o tema indígena, ciclos de extrativismos formas de dependência em relação aos demais estados brasileiros e países centrais como caminhos para chegar às respostas sobre a realidade da questão social amazônica.

A desigualdade Social enfrentado pelos Povos Indígenas em Manaus são de extrema vulnerabilidade social, que segundo as informações de dados do IBGE (2010), a cidade de Manaus é a mais populosa da Amazônia brasileira com quase 2 milhões de habitantes, organizados em 63 bairros por uma área de mais de 11 mil km².

De acordo com Pereira (2016) principais atividades econômicas estão voltadas para a indústria por conta da Zona Franca de Manaus, além do comércio, serviços e do turismo internacional. Os dados do Censo (2010) apresentam 4.020 indígenas autodeclarados, representando 92 etnias, falantes em 36 línguas, espalhados em 63 bairros de Manaus.

O conjunto de estudos elaborado em 2015 pela Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) informam que há 34 etnias em 51 bairros sendo elas: Munduruku, Tikuna, Sateré-Mawé, Desana, Tukano, Miranha, Kaixana, Baré, Kokama, Apurinã, Tuyuka, Piratapuya, Kamaiura, Kambeba, Mura, Maraguá, Baniwa, Macuxi, Wanano, Tariano, Bará, Arara [do Aripuanã], Karapãna, Barasana,

Anambé, Deni, Kanamari, Katukina, Kubeo, Kulina, Marubo, Paumari, Arara do Pará e Manchineri

Pereira (2016) destaca que estas etnias estão localizadas em três áreas extensas de ocupação indígena sem regularidade jurídica como o Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente na zona norte de Manaus ; a Comunidade Nações Indígenas e o Parque das Tribos, situadas na área do Tarumã-Açu, Tarumã Mirim no bairro Tarumã ,zona oeste de Manaus, demais espalhados por toda cidade, considerando que a maioria pertencem as essas áreas.

O problema comum enfrentado nessas ocupações é a precariedade dos serviços de saneamento, infraestrutura, acesso no atendimento em educação, saúde bem como moradia, muitos residindo nas margens de igarapés, terrenos irregulares, sob ameaças constantes da ação policial ou de traficantes. Sofrendo ameaças de violência e das medidas judiciais de reintegração de posse da terra, assim destituídos as condições de vida digna e seus direitos segurados pela constituição de 1988, o acesso à educação, saúde, assistência.

Ainda segundo este autor as motivações de transição das famílias indígenas para a cidade remetem a melhoria das condições de vida. Muitas vezes o baixo nível de escolaridade e a falta de qualificação da mão de obra, impõe aos indígenas para atividades braçais na construção civil, para mulheres como empregadas domésticas, trabalhos informais (bico) e ao desemprego.

De acordo com a Souza, et al (2008) para o serviço social na Amazônia exige um olhar científico que precisa ser valorizado e aprofundado de estudos que envolvem povos da Amazônia e o diálogo com as demais áreas do conhecimento para compreender os estudos etnológicos, antropológicos, pois isto permite um elo de articulação de saberes para fazer a leitura em sua totalidade na realidade social .

Diante deste desafio há uma necessidade na intensificação da discussão pela categoria no contexto amazônico. A particularidade do lugar exige o redimensionamento do saber fazer, quanto a capacidade nas práticas do teórico-metodológico, ético-político e prático-operativo. As constantes mudanças históricas exige o sempre reafirmar o projeto ético político da profissão para uma construção de projeto coletivo de equidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se lançou ao desafio de analisar as desigualdades sociais e a aplicabilidade de políticas públicas a partir da proteção social constante na Constituição Federal de 1988 voltados para os povos indígenas.

Nesta pesquisa conseguimos alcançar os três objetivos propostos. O primeiro que era Investigar de que modo os povos indígenas vêm organizando e (re) elaborando suas vidas nos espaços da Amazônia contemporânea; conseguimos ver a organização dos povos indígenas quando construímos a trajetória da constituição de marco de legislação, onde foi possível perceber o espaço conquistado e participação nessa construção de luta dos povos indígenas com suas próprias organizações de luta .

O segundo era sistematizar as diferentes concepções de desigualdade social construídas historicamente, demonstrando as formas de compreensão e construção social dessa categoria, o qual foi alcançado quando analisamos os sites oficiais da CEPAL e ONU sobre realidade dos povos indígenas desde América latina, Brasil e Amazônia, considerando que a pauta maior de desigualdade social é questão do território e a demarcação de terras e que a violação de direitos com os povos indígenas continua demandando alto índice na sociedade brasileira.

O terceiro objetivo era identificar como a desigualdade social se caracteriza geograficamente na contemporaneidade, buscando compreender suas manifestações territoriais e formas de proteção social, objeto de interesse do Serviço Social; foi atingido no momento em que identificamos as particularidades do contexto amazônico, o colonialismo, extrativismos, existência de grandes projetos em desenvolvimento nas terras indígenas e transição de povos indígenas nos espaço urbano em busca pela qualidade de vida exige a necessidade de avanço dos debates sobre questão indígena nas universidades em particular no curso de serviço social da UFAM, pois percebemos que ainda há escassez de material acadêmico sobre questão indígena nas pesquisas de graduação.

Portanto, a ação do assistente social de planejar, executar, avaliar e propor uma determinada política, considerando a dimensão social e cultural, é de fundamental importância para o reconhecimento da diversidade com garantia no acesso e efetivação de direitos.

Então, com a pesquisa realizada, foi possível alcançar, além dos objetivos propostos, o conhecimento sobre a trajetória dos povos indígenas; identificar que mesmo sendo assegurados direitos pela Constituição Federal de 1988, não há efetivação deste direitos na realidade vivido pelos povos indígenas, pois fatores de desigualdade social como a questão do território, Demarcação de terra, continua demandando pauta e a luta dos movimentos indígenas num cenário tenso de conflito e violação de direito em todo país brasileiro.

REFERENCIAS

APIB: **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <<http://www.apib.info/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL, **Constituição Federativa da Republica do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Conselho Federal de Serviço Social -CEFESS, 2012: **Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 25 de janeiro, 2019.

CORRÊA, Heloísa Helena da Silva; LIMA, Kátia Maria da Silva. **Controle Social e os Conselhos de Saúde do Distrito Sanitário Indígena de Manaus**. In: Scherer, Elenise Faria. (Org.). *Questão Social na Amazônia*. 1ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, v. 01, p. 269-292.

CORREA, H, H, da Silva. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá-AM**. Ed, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012, v1.362p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**, 6ª edição, São Paulo: Saraiva, 2017.

GARNELO, Luiza (Org.) **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Luiza Garnelo; Ana Lúcia Pontes (Org.). - Brasília: MEC-SECADI, 2012.

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa; VERONESE, M.V. **A questão social e o contexto amazônico**. CADERNOS DO CEAS, v 240, p.43-70, 2017.

MEDONÇA, L.J.P. **América latina: da desigualdade social á desigualdade econômica**. *Argumentum* (vitória), v 1, p.78-91, 2009.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Indígenas na Metrópole: Lutas Multiétnicas e Identidade Coletiva na Cidade de Manaus (AM)**, 2016, Rio de Janeiro; RJ.

PEREIRA, Potyara, A.P. **Política Social: Temas e Questões**, 2º ed. São Paulo -SP, Cortez,2009.

RELATORIO DA ONU. **Relatório da Missão Brasil da Relatora Especial** .2016. Disponível em:www.mpf.mp.br/.Acesso em :14 set.2018.

RELATORIO DA CEPAL. **Os povos indígenas na américa latina**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/>.Acesso em :27 dez.2018.

SILVA, M. P. M. **Da Formação Acadêmica ao exercício profissional: A construção discursiva do Assistente Social**. 1995. 343 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1995

SILVA, L.A.D; VALENTE, L.S; GBIBBS, C.C.M. **As expressões da Questão Social e suas formas de enfrentamento no cenário Brasileiro e Amazonense**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas-JOINPP,2017, São Luiz do Maranhão.

SOUZA, A.L.; SILVA, H.H.C.; SILVA, R.N.P. **A Saúde dos Indígenas urbanos sob o prisma do Serviço Social**. In:-III Encontro Nacional de Política Social,2008, Vitória-ES. Anais do III Encontro Nacional de Política Social.Vitoria-ES:UFES,2008.v.3.

WANDERLEY, Luís Eduardo. **A questão social no contexto da globalização: O caso latino e caribenho**. In. Beofore, Wanderley, Mariagela: Borgus, Lucia.Yasbek, Maria Carmelita(org.). 2ª